

## AS ORIGENS HISTÓRICAS DO POSITIVISMO E SUA VOCAÇÃO PEDAGÓGICA (\*).

No estudo das ciências humanas e, em particular, da filosofia, é indispensável procurar-se, de início, o problema que constituiu a preocupação principal dos sistemas e doutrinas aparentemente conceituais, mas que na realidade se inspiram de uma problemática histórica que os explica e legitima.

Não se poderá alcançar a verdadeira "vocaçào" de um sistema filosófico sem o recurso às circunstâncias históricas que presidiram à sua constituição.

Dispostos linearmente, como se nascidos dos claros dos sistemas anteriores que se desenvolveram mais tarde, ou de seus erros que se quiseram corrigir, não alcançam os sistemas as proporções históricas que, ao seu tempo, justificaram o seu aparecimento; pois, não nascem êles, nem assim prossegue a filosofia, da continuidade sistemática de doutrinas.

Ao contrário, é a continuidade histórica, às vêzes revolucionária, que explica a aparente "continuidade da razão".

E assim é que, no estudo dos sistemas filosóficos, há pelo menos três direções possíveis: a primeira, considerando-os como sistemas isolados, avaliados em razão da coerência interna de suas proposições e do rigor lógico de sua demonstração. Esse procedimento nos levaria a uma visão inerte da filosofia em que os sistemas se julgariam como "esqueletos" de um passado sem continuidade. E ainda que o critério lógico nos assegurasse a procedência das conclusões, não estaria ainda legitimada a procedência da postulação inicial.

A outra das direções possíveis, em geral eleita para a História da Filosofia, procura na continuidade sistemática das doutrinas que se sucederam as "amarras" protocolares da inteligência.

A História da Filosofia apareceria então como um processo saneador, *vel supplendi, vel corrigendi, vel coadjuvandi* os claros, os erros e as verdades de doutrinas do passado, explicando-se os sistemas posteriores a partir dos sistemas anteriores. A procedên-

---

(\*) — Conferência pronunciada na Universidade de Minas Gerais por ocasião do centenário da morte de Augusto Comte (*Nota da Redação*).

cia axiomática se legitimaria linearmente, encontrando-se, na própria história anterior da filosofia as origens de seu desenvolvimento. Os “esqueletos” sistemáticos se sucederiam identificados pela ordem de filiação, mas ainda inertes e desfigurados. Entretanto, esse modo de explicação não nos permitiria o reconhecimento e a individuação dos sistemas em razão dos ideais de conhecimento e de ação neles presentes.

Antes, pois, de julgar os sistemas por sua coerência interna ou pela procedência de seus postulados a partir de sistemas passados, devemos revivê-los nas vicissitudes históricas que os legitimam, e que constituem os músculos e nervos que lhes dão vida. Somente elas nos explicam o relativismo da verdade, o conteúdo histórico da filosofia, e o sentido pragmático de uma inteligência voltada para a ação.

As doutrinas vestem os períodos históricos; e seria tão despropositado compará-las para escolher-se a “melhor” como despropositado escolher-se a veste sem atenção às proporções do corpo. E, pois que não há veste que possa servir para todas as idades, igualmente não há sistema que sobreviva à História de seu tempo. *Anchè la filosofia é mobile; qual piuma la storia, muta d'aciento e di pensiero.*

A continuidade da filosofia não poderá pois estar na “ordem de soluções”, e, sim, na “ordem de problemas” levantados com o ultrapassamento da ordem histórica anterior.

\*

E' curioso ver-se que o positivismo não procede de sistemas anteriores. Ele é a expressão direta, na ordem do conhecimento e da ação, de uma ideologia revolucionária sem compromissos nem encargos históricos. Sem vínculos ao passado, ele se apresenta como a nova vocação política e pedagógica que se procura legitimar no quadro das ciências positivas e no ideal de uma burguesia que nele encontrará a sua expressão ideológica. A sua explicação não se encontrará nos sistemas anteriores ao século XVIII e a Saint-Simon que não é propriamente o precursor do positivismo, mas seu primeiro anunciador — e deverá ser procurada no espírito positivo que a ciência moderna impôs à consciência e à razão do século XIX.

Seria oportuno, a esse propósito, lembrar o caráter assistemático do século XVIII, em oposição aos grandes sistemas do século XVII, no qual ainda se vêem as preocupações e problemas herdados do pensamento medieval.

A razão que ao século XVII prevalecera como “método” *moris geometrico* na constituição dos grandes sistemas metafísicos pe-

los quais se procurava laicizar a teologia, não conseguira vencer a nostalgia inquietante do Deus medieval, posto à terra pelo espírito iconoclasta do Renascimento ao qual faltara um instrumento judicatório. Essa nostalgia, melhor sentida após o ceticismo renascentista, — que é a expressão de esgotamento de uma cultura incapaz de alimentar a sede espiritual por ela criada e de harmonizar-se à razão positiva despertada pelas descobertas da ciência — aparece claramente em Pascal que, não encontrando o Deus da Razão, incova novamente o Deus medieval: “Oh! Deus de Abraão, Isaac e Jacó, mas não o Deus dos sábios, dos filósofos e dos géometras”.

Os problemas mais profundos da metafísica ao século XVII são ainda de ordem teológica; — e nem mesmo o seu tratamento racional — que se tem por “racionalismo” — consegue esconder a sombra dêste beiral da Idade Média que avança para além do Renascimento perturbando “a luz da Razão” com que Descartes e Spinoza procuram o “Deus dos princípios” ou o “Deus da natureza”.

Ao desrespeito com que a Razão destrói a crença que procura “racionalizar”, no século de Descartes, para da “dúvida” se alcançar a certeza da existência de Deus, veremos suceder a ironia, que é o gênero de pensamento no século XVIII, período de crítica e destruição do credo.

Entretanto, preparava-se por êsse modo o “reinado da Razão”, e o iluminismo do século XVIII é o novo credo que se irá impor à consciência que nele procura a segurança perdida com a renúncia da teologia medieval. A crítica é universal; e a razão que permaneceu na tutela da teologia, consentindo inclusive na sua dominação política, se prepara agora para conduzir a ação para o reino da liberdade.

Liberdade, que é o uso público da Razão que tem por dever prosseguir.

A razão desenvolverá as artes e a ciência, assegurando a prosperidade. Ela devolverá o prazer da vida, permitindo-nos julgar as sensações e os prazeres. Ela tomará o lugar da graça e nos trará a salvação prometida.

O novo credo, é o credo da Razão. E' ela que postula os princípios. Não é apenas método para o desenvolvimento de uma herança medieval; ela é a “origem” de novos princípios, o aval de um progresso, a segurança de uma evolução lenta e inevitável.

Se no século anterior pretendeu-se a “Reforma do Entendimento” como solução para o problema do método, no século XVIII se irá procurar a “Reforma do Espírito”, como solução para o “problema da existência”. E ao Discurso do Método seguirá, mais tarde, o “Discurso sôbre o Espírito Positivo”.

Acontecera já a revolução — mas, se por uma revolução não se alcança nada de durável, e ao destruir os preconceitos do passado criam-se novos preconceitos, pela evolução, entretanto, se executar-se a reforma da existência, que é o ideal de vida do século XVIII, sentido e procurado pela razão teórica e pela razão prática.

E é precisamente nesse ideal que se encontra a vocação pedagógica do positivismo, como doutrina revolucionária que promete o progresso.

Mas, quais as circunstâncias históricas que presidiram à revolução positivista — devemos perguntar.

Terminada a Revolução de 1789, encontrava-se a França na alternativa de um novo govêrno. Dentre as soluções possíveis, a volta à monarquia, a importação do regime parlamentar inglês ou a continuação da revolução — entendida como evolução histórica, sòmente a última atendia às particularidades nacionais.

Voltar à monarquia seria contrariar o progresso linear da História.

Instituir-se o parlamentarismo, ao modelo do Govêrno próspero da Inglaterra, seria impor a uma História de conteúdo diverso o molde espontâneamente encontrado pela evolução da história inglesa. E a diversidade era evidente. Na Inglaterra, a limitação do poder real remontava aos longínquos tempos de João Sem Terra, por ocasião da primeira *Carta Magna Libertatum* que se arrancou do despota mais tarde arrependido de “de Rei tornar-se escravo”. De outro lado, entre os ingleses, os senhores feudais lutaram ao lado da burguesia contra o poder real, impondo, com a revolução de 1688, novas limitações à autoridade do Rei, e constituindo as *Chambers of Justice* e as *Chambers of Commerce*, para a distribuição do direito e para a direção dos negócios.

Na França, ao contrário, Richelieu, e mais tarde Luís XIV, conseguiram desviar os senhores feudais de sua aliança com a burguesia e trazê-los para o lado do poder real que, com seu apôio, progrediu no sentido inverso ao da história inglesa, conduzindo à França ao engrandecimento da monarquia aliada ao poder espiritual de Roma que lhe dispensava a proteção especial do direito divino, assim legitimando o despotismo esclarecido. A ação mal orientada do poder real, intervindo na ordem econômica, com as imposições do mercantilismo, e a proteção aos *rentiers*, contrariava os interesses econômicos da burguesia e dos *entrepreneurs* que constituíam, ao tempo, ideologia revolucionária.

Desta luta, tem-se notícia em todos os “programas” revolucionários do tempo; e, na verdade, ela constitui o *leit-motiv* de uma literatura que não se ateuve apenas ao gênero das “reivindicações” de cátedra.

Ela alcança o povo e, nas praças e nos teatros há sempre presente a crítica aos poderes constituídos, em têrmos como os de Saint-Simon:

*Imaginez que la nation perde Monsieur, les princes, les cardinaux, les évêques, les juges, et, en sus de cela, les dix mille propriétaires les plus riches parmi ceux qui vivent de leurs rentes sans produire. Qu'en résulterait-il? Cet accident affligerait certainement tous les Français parce qu'ils sont bons... mais il n'en résulterait aucun mal politique pour l'État. Il existe un grand nombre de Français en état d'exercer les fonctions de frère du roi aussi bien que Monsieur... Les antichambres des châteaux sont pleines de courtisans prêts à occuper les places des grands officiers de la couronne... Que de commis valent nos ministres d'État!... Quant aux dix mille propriétaires, leurs héritiers n'auront besoin d'aucun apprentissage pour faire les honneurs de leurs salons aussi bien qu'eux". (Organisateur, IV, 22-23). La substitution ne se ferait pas avec la même facilité si c'était, non plus trente mille personnages de cette sorte, mais seulement trois mille producteurs, soit de l'ordre intellectuelle, soit de l'ordre économique, que la France se trouvait avoir perdus. Alors, elle "deviendrait un corps sans âme" et il lui faudrait "au moins une génération entière pour réparer ce malheur". (Ibidem, 20).*

Vemos, pois, que a libertação procurada não se dirigia apenas contra o poder temporal; era igualmente indispensável que o poder espiritual, seu aliado, perdesse o império que exercia sobre os espíritos, libertando-se a Razão da autoridade do dogma e para ela se impondo a autoridade da ciência.

Encontramo-nos assim em presença de uma ordem política insustentável e à procura de um novo regime de que o positivismo será a expressão ideológica. De um lado, o quadro teológico-militar, de herança medieval, em que a autoridade sobre os espíritos se legitima na teologia — como poder espiritual, e a autoridade política em seu império militar. E nem o quadro metafísico-legista do século XVII, em que a autoridade espiritual se deslocara para a metafísica e a autoridade temporal para a lei e os legistas, não conseguira diminuir o império dos poderes tradicionais, uma vez que a metafísica se inspirava da mesma problemática teológica, e as leis eram "ordenações" do Rei. O novo regime procurado será positivo — industrial. Nele o poder espiritual será o das ciências positivas e o poder temporal o dos "industriais", ou *entrepreneurs*. Somente a verdade das ciências poderá prevalecer como autoridade espiritual e impor-se à razão. Por sua vez, o poder temporal só poderia ser o dos industriais, pois em suas mãos é que se encontram

os destinos da nação, responsáveis que são pela sua prosperidade e geral desenvolvimento de suas riquezas, das artes e das ciências.

E a nova política deverá atender às novas circunstâncias históricas que, inclusive, tornaram insustentável o antigo regime teológico-militar.

Mas o ideal de reforma não poderia propor-se utopicamente, como aconteceu na “República” de Platão, na “Cidade de Deus”, e mais recentemente na “Cidade do Sol” ou na “Utopia” de Morus, e, em geral, no socialismo utópico de reinos imaginários que se descreveram nas séculos XVII e XVIII. Deveria êle partir, como o fazem as ciências positivas, da realidade que se deverá descrever previamente para, do conhecimento de suas leis alcançar-se o seu domínio.

Para a constituição de uma política positiva seria pois indispensável o conhecimento da realidade social a ser por ela governada, vale dizer, das leis que regulam o convívio social.

A sociologia deverá assim preceder à política, e constituir-se com o mesmo rigor metodológico de subordinação das hipóteses à realidade, de limitação da investigação às causas próximas e conseqüências imediatas, e da experimentação que se suprirá pelo método histórico comparativo. Terá ela por modelo as ciências já constituídas, respeitada a sua posição na classificação geral das ciências.

E somente a partir da sociologia poderá ser constituída a política positiva que permanece como a vocação primordial do positivismo.

\*

As origens históricas do positivismo, como quisemos rapidamente indicar, explicam a sua vocação pedagógica. Não provem êle de sistemas anteriores, nem procura justificar-se em doutrinas das quais seria a continuação ou a correção. Como expressão ideológica da burguesia revolucionária êle virá anunciar uma nova problemática em que a razão, aliada à experiência, encontra na própria realidade o seu ideal de conhecimento. Voltado inteiramente para a ação, de que procura ser a direção racional, o positivismo renuncia às especulações da metafísica e ao socialismo utópico. O critério único da ciência impõe-lhe os limites da verdade — e é natural, portanto que êle se apresente como o “evangelho da razão”. E a sua vocação pedagógica resulta diretamente de seus propósitos políticos de salvação pelo progresso.

\*

Assim é que o problema educacional constitui para Augusto Comte questão primordial para a ação positiva, no sentido da mo-

ral e da política. Há no positivismo um ideal pedagógico que sobreleva a sua procedência histórica e nos autoriza reconhecê-lo igualmente como um “positivismo de cátedra” a semelhança do socialismo professado pelos eminentes e hesitantes professores universitários ao tempo de Lassalle.

Ainda quando os discípulos de Comte — aliás, seguindo os preceitos do mestre, levantam suas armas contra o “ensino oficial” a questão se propôs apenas como antagonismos entre maneiras de educar.

A vocação pedagógica, ou catedrática, de Comte é tão inalienável de sua filosofia que até mesmo em seus amôres de juventude nos aparece o “professor” ao lado do amante. Em carta a Valat, de abril de 1818, ao lembrar seus amôres com uma jovem da Itália, nos revela Comte a sua “pedagógica” maneira de querer bem, e que vale como advertência oportuna ao “amor catedrático” que também para Comte se contara por insucessos... Diz-nos êle:

*“Elle est musicienne, elle me touche son piano-forte pendant quelques instants; je lui enseigne l'anglais — elle me rend en italien; nous nous livrons au charme d'une conservation délicieuse et variée, nous faisons du sentiments quelquefois des sensations, et j'oublie complètement pendant tout ce temps-la les inquietudes de ma position pecuniaire, mes peines, mes tourments, mon incertitude pour l'avenir”.*

Até em seus amôres Augusto Comte é pedagogo. A Carolina Massin procura ensinar matemática, sem resultado... como sabemos. Já reconhecido pelos pensadores ilustres, como Stuart Mill e Littré, ao encontrar sua “angélica inspiradora” Clotilde de Vaux, com ela mantém curiosa correspondência, quase diária, em que mais se revela um pedagogo que um amante. São autênticas aulas epistolares que vão desde a poesia de Dante até às preocupações matemáticas do irmão Maximilien; da exaltada suavidade da música de Donizzetti à teoria da irritabilidade de Broussais, de Stuart Mill e Blainville. Não era pròpriamente sua vocação pessoal que o levava ao hábito inveterado de ensinar; mas, o exercício de uma doutrina eminentemente educacional.

Paul Arbousse Bastide, lembra que as primeiras linhas impressas devidas a Comte, foram de natureza didática ao traduzir um tratado inglês de matemática.

*“Comte avait été chargé par Hachette de la traduction de J. Leslie et des notes explicatives. L'une d'elles souligne l'importance de l'analyse qui “n'est pas seulement applicable aux recherches relatives à la grandeur et à la durée; elle est aussi le meilleur moyen de parvenir à la vérité dans quelque genre de question que ce soit”.*

Mesmo nessa pequena nota surge o educador ou melhor a preocupação doutrinária educacional que será permanente desde as publicações do período saint-simoniano até a criação da *Synthèse Subjektive*.

Nos *Prospectus* distribuídos por Saint-Simon, anunciando o terceiro volume da *Industrie*, o jovem Comte depois de lembrar a importância do trabalho de grupo dos pensadores do século XVIII, sugere a formação de uma nova equipe para o novo século, agora com o objetivo de reformular um adequado sistema de “educação ética”:

*“Les philosophes du XVIIIe. siècle sont parvenus à faire généralement admettre l'opinion que chacun devait être libre de professer et de faire enseigner à ses enfants la religion qu'il préférerait. Les philosophes du XIXe. siècle feront sentir la nécessité de soumettre tous les enfants à l'étude du même code de morale terrestre, puisque la similitude des idées morales positives est le seul lien qui puisse unir les hommes en société, et, qu'en définitive, le perfectionnement de l'étude social n'est autre chose que le perfectionnement du système de morale positive”.* (*Evolution Originale d'Auguste Comte*, por Teixeira Mendes, pág. 90 — nota de rodapé).

Poderíamos citar várias outras referências, quer do *Cours de Philosophie*, ou do *Système de Politique Positive* onde a doutrina educacional serve de alicerce à própria exposição filosófica. Até mesmo a sua preocupação em fundamentar uma psicologia animal se inspira de um propósito nitidamente educacional pois, diz-nos Comte:

*“elle promet aux naturalistes (poderíamos ler psicólogos) une ample moisson d'importantes découvertes, directement applicables au progrès général de la vraie connaissance de l'homme”.* (*Cours*, vol. 3, pg. 440).

\*

A doutrina de Comte ao difundir-se pela América Latina haveria portanto de partir das cátedras escolares, mesmo porque o sentido socializante do positivismo que em França reuniu em torno do Mestre um grupo de operários, nos países americanos só poderia repercutir na classe média letrada uma vez que a nossa estrutura proletária ainda se desenvolvia entre o trabalhador rural escravo e o artesão não urbano da oficina doméstica. Não havia ainda entre nós uma classe operária capaz de compromissos ideológicos. Tanto no México como no Brasil, foi a sala de aula e principalmente a das escolas oficiais que projetou o nome e a doutrina de Comte entre a nossa juventude. No México, Gabino Barreda; e no Brasil, Benjamin Constant. Estes nomes, que não são únicos,

são sem dúvida os mais representativos do positivismo de cátedra da América Latina. No México, inclusive, circulou um jornal *El Eco Hispano-Americano* dirigido por Flores, um dos testamenteiros de Augusto Comte. Sòmente a ação de Barreda e de seu colaborador.

Miguel Lemos, criticando êsse tipo de positivismo diz que:

“Não houve aí em última análise senão a infusão de uma certa dose de positivismo intelectual e por conseguinte incompleto e pernicioso no ensino público. O Sr. Barreda parece ter-se proposto no México a mesma quimera que B. Constant entre nós: a regeneração da sociedade mediante a introdução, nas escolas oficiais de um programa mais ou menos positivista. O insucesso foi inevitável em ambos os casos”. ((Boletim da Igreja Positivista, n.º 196, pg. 32).

Muito mais lúcido e principalmente muito mais teórico que Miguel Lemos, Teixeira Mendes percebeu a impossibilidade histórica de um positivismo político quando da sua introdução no Brasil:

“Nessa época, — refere-se a 1850 — a penetração decisiva das concepções filosóficas de A. Comte no meio matemático de nossa sociedade revelava que uma era distinta se estava inaugurando para a nossa vida. Todavia as condições políticas do Brasil não sendo nessa época suficientemente propícias ao surto da Religião da Humanidade, que então se constituía a influência do Positivismo, aqui limitar-se-ia por muito tempo ao aspecto intelectual. Esse mesmo teria de ficar circunscrito a esclarecimentos parciais sòbre as ciências inferiores”. (*Benjamin Constant — Esbôço Biográfico*, por Teixeira Mendes, pg. 2).

E' preciso não esquecer a real importância que teve no Brasil êsse positivismo didático, tanto no curso secundário como no superior. Nas “Memórias” do Visconde de Taunay, é descrito um desagradável professor de matemática — Machado, cujo grande título era o de ter frequentado os cursos de Augusto Comte, possivelmente o de Astronomia, mas título êsse em cuja existência o então aluno do Colégio Pedro II não acreditava inteiramente (\*).

Medeiros e Albuquerque conta em suas pitorescas memórias “Quando Eu Era Vivo” que ainda no Império, tendo sido nomeado professor primário de Religião, encharcou a meninada de doutrinas evolucionistas, fato, aliás, que provocou um caloroso elogio do Inspetor Escolar, um convicto positivista.

A verdade é que, a partir da guerra do Paraguai o ensino foi invadido pelo positivismo, como também é verdade que só nesse ambiente êle realmente floresceu.

(\*). — O ilustre historiador, ministro Ivan Lins, realmente encontrou dados que asseguram a identidade entre o professor do Colégio Pedro II e o antigo aluno de A. Comte.

Ao “positivismo de cátedra”, não sucedeu um “positivismo de massa”; e com o seu desaparecimento iria estiolar-se a própria doutrina. E — o que é curioso — os dois Apóstolos que se iriam converter, senão pela ação direta de Constant ao menos nos corredores da Escola Politécnica, impediriam mais tarde, àasperamente, os seus confrades, de participarem de qualquer posição no magistério.

E, enquanto Lafite — discípulo amado do Mestre — pontificava no “Colégio de França”, os nossos apaixonados propagandistas mais comtistas do que o próprio Comte (“A *Politique* é o nosso Levítico”, dizia M. Lemos aos duvidosos) sempre viram com maus olhos o desenvolvimento do ensino oficial.

Em uma publicação de agosto de 1889, quando o Apostolado ainda se achava instalado na Travessa do Ouvidor, se encontram as “Condições” para admissão no Grêmio Positivista (M. Lemos e T. Mendes — Nossa Iniciação no Positivismo), das quais, dentre outras, lembremos as seguintes:

“Todos os seus membros e aderentes aceitam, sem restrição alguma o conjunto dos deveres positivos e negativos prescritos pela sua religião. — Tomam todos o compromisso solene de conduzir-se de acôrdo com suas opiniões e de consagrar tôda a sua atividade e todo o seu devotamento à *incorporação do proletariado na sociedade moderna* (o grifo é da publicação), resumo atual de tôda ação positivista. De um modo mais explicito comprometem-se: 1.º) — a não ocupar cargos políticos, durante a fase empírica da transição, segundo foi definida por Augusto Comte; 2.º) — a não exercer funções acadêmicas, quer no ensino de nossas Faculdades e escolas superiores, Colégio Pedro II e estabelecimentos congêneres”.

E assim, os próprios líderes do positivismo procuraram expulsar a doutrina das salas de aula, mas sem nenhuma possibilidade de levá-las aos pátios das indústrias — mesmo porque elas não existiam. E o amor ao proletário, “resumo de tôda ação positivista”, haveria de limitar-se a um lirismo doutrinário.

Entretanto, era à cátedra que o positivismo brasileiro deveria sua existência: o republicanismo do Exército nascera das aulas de Benjamin Constant. J. Castilho converte-se ao positivismo na Faculdade de Direito de São Paulo. As antigas Escolas Militar e Politécnica do Rio, transformaram-se em autênticos núcleos de positivistas, e mesmo Teixeira Mendes e Miguel Lemos chegam às convicções do Mestre por vias escolares: Na distante Escola de Ouro Preto, tanto se desenvolvia a ciência como a religião positivista. E, assim, em virtude do seu impulso inicial, o positivismo de cátedra ainda perdurou para além das excomunhões apostólicas; e elas

apenas vieram prejudicar e impedir a renovação dos quadros doutrinários, inclusive num sentido de renovação ideológica.

Se, como afirmamos, o Positivismo é sobretudo uma doutrina pedagógica, nenhum meio haveria mais favorável para a sua expansão do que a cátedra.

Aliás, mesmo sem cátedra o positivismo é ensino. Se observarmos a ação “religiosa” de Teixeira Mendes vamos encontrar o ensino de respeitabilíssimos ensinamentos morais. Sempre o “ensino”.

As publicações do Apostolado são tôdas elas interpretações pedagógicas da realidade brasileira do ponto de vista do positivismo. Os artigos de Castilho na “Federação”, são explanações didáticas sôbre os problemas sulinos. José Feliciano de Oliveira, depois de aposentado de sua cátedra da Escola “Caetano de Campos”, transporta a sua cadeira de “Astronomia” para as colunas de “O Estado de São Paulo” e, por mais tempo que o exigido para aposentadoria, continua o seu mister de educar.

Assim podemos concluir que o positivismo não poderia separar-se do ensino, nem trair sua vocação pedagógica, especialmente entre nós, onde existiu como expressão autêntica dos propósitos educacionais de Comte na forma de um sábio “positivismo de cátedra”.

**LINNEU DE CAMARGO SCHÜTZER**

Assistente da Cadeira de Filosofia Geral da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.